

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Thomaz Fronzaglia

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

E-mail: Thomaz.Fronzaglia@embrapa.br

DOI: [10.47573/aya.88580.2.1.129-147](https://doi.org/10.47573/aya.88580.2.1.129-147)

INTRODUÇÃO

A crescente importância de sinais distintivos no mundo decorre do potencial desses instrumentos para a garantia de atributos de qualidade, a proteção contra a usurpação, a rastreabilidade, a coordenação de cadeias agroalimentares, adição de valor e geração de oportunidades para o desenvolvimento rural sustentável. A proteção do nome de origem tem sido cada vez mais procurada, por meio do reconhecimento de Indicação Geográfica (IG). A Indicação Geográfica é um reconhecimento e proteção oficial do nome geográfico associado à reputação ou à qualidade do produto originário de uma área geográfica. No Brasil, a IG é um gênero e propriedade intelectual recente, mas no mundo sua evolução advém de um longo processo de inovações mercadológicas, organizacionais e institucionais.

Nesse percurso, a ação pública tem papel preponderante para o desenvolvimento e a promoção da IG, visando à agregação de valor, ao desenvolvimento territorial, à valorização e proteção do patrimônio cultural e genético. Logo, se faz necessária a avaliação da evolução do objeto da política de forma a identificar como os efeitos da IG se expressam sobre os diversos atores envolvidos nas dimensões relevantes e gerar conhecimento útil aos interessados.

Nesse sentido, o desenvolvimento metodológico de avaliação do desenvolvimento das IG, deve contribuir na formulação, acompanhamento e avaliação de política pública e para a orientação da agenda de CT&I no tema. Mas, não basta apenas avaliar o impacto, mas é necessário, principalmente, entender as relações causais entre o impacto e os fatores do desempenho. O entendimento dos fatores do desempenho foi crucial para fazerem recomendações e se estabelecer medidas assertivas na UE. No momento em que o Brasil formula sua Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, faz-se necessário o uso de resultados de avaliações do impacto das IG, bem como considerar o potencial da avaliação de impacto quando se formula os instrumentos de monitoramento da política.

O desempenho de um sistema de IG no provimento de bens públicos em diferentes escalas que contribuam ao desenvolvimento sustentável será medido: pela capacidade de combinar normas, convenções e instituições, permitindo que direitos

sejam alocados, e interesses diferentes sejam representados, e; pela garantia da participação dos atores na construção de referenciais e indicadores. A qualidade desse sistema é medida por sua capacidade de gerar ciclos de retroalimentação para que o conhecimento dos atores seja utilizado para intervenções apropriadas (SYLVANDER et al., 2011). Adicionalmente, os resultados da avaliação podem elucidar o modelo de desenvolvimento do território em que a IG está inserida e a sua contribuição para esse desenvolvimento. É provável que haja saliências positivas e negativas nos impactos, pois cada tipo de IG e contexto associado têm suas peculiaridades que privilegiam maior ou menor impacto nas dimensões sociais e ambientais, bem como no desempenho econômico da cadeia de produção (VANDECANDELAERE, 2011).⁹¹

Entretanto, poucas evidências empíricas são encontradas na literatura sobre o impacto das indicações geográficas, nos países em desenvolvimento, geradas por meio de avaliações que se utilizem de métodos que apontem aspectos positivos e negativos, custos e benefícios, contrafactuais e fatores explicativos (BRAMLEY, 2011). CEI et al. (2013) fazem uma meta-análise em revistas científicas sobre os impactos econômicos da IG na cadeia de valor e no território, no contexto da Política Agrícola Comum na UE, e apontam que muitos estudos não utilizam métodos de avaliação e são muito pontuais, em geral com foco num produto, e portanto trazem apenas indicativos sobre o desempenho econômico. Mas considera que deveria haver um esforço de se fazer uma avaliação macro de todo o universo das IG na UE.

O grande potencial brasileiro, a existência de mais meia centena de iniciativas já reconhecidas no Brasil e o papel importante da ação pública para o desenvolvimento das indicações geográfica no mundo colocam questões para a pesquisa científica com relação ao desempenho e ao impacto dessas iniciativas.

A primeira delas é em que medida as indicações geográficas têm impacto no desenvolvimento rural sustentável em cada uma de suas dimensões. Essa indagação leva à necessidade de se fazer avaliação de impacto das IG reconhecidas. Pois,

⁹¹ As regras no Regulamento de Uso podem levar às restrições severas, eliminando recursos genéticos e excluindo produtores. A governança estabelecida pode levar ao maior poder de barganha e captura de valor nos elos a jusante da cadeia de produção. Nesse sentido, é importante o papel de atores chave que influenciam nas definições do Regulamento de Uso e do modelo de gestão, bem com a apropriação dos produtores do processo em que o Conselho Regulador é central. Adicionalmente, o funcionamento do sistema nacional de reconhecimento, proteção e promoção de IG e o papel das instituições de apoio ao desenvolvimento da IG implicam no desempenho e no impacto das IG (VANDECANDELAERE, 2011).

somente por meio de avaliação do desempenho e do impacto desse instrumento é que se podem estabelecer ações de fortalecimento do uso desse tipo de selo, pois, mensurando é que se podem compreender diferenças de contexto, implicações do uso, suas causas e as possibilidades fortalecimento, apoio e promoção.

A segunda pergunta é qual o estado da arte da aplicação de métodos de avaliação de impactos para as IG, considerando suas especificidades e aspectos metodológicos sobre a validade, limitações e utilidade dos resultados.

O esforço da pesquisa brasileira para acompanhar a competitividade e a contribuição ao desenvolvimento sustentável dessas iniciativas se mantém insuficiente e pouco sistematizado, de maneira que a formulação de política pública para IG é carente de um sistema de monitoramento, com estatísticas e um sistema de informação sobre o desempenho e impactos.

Este capítulo tem o objetivo de trazer uma breve revisão dos esforços do desenvolvimento metodológico de avaliação das indicações geográficas, com ênfase no desempenho econômico e os aspectos metodológicos. Na primeira seção, traçamos a evolução da pesquisa no tema. Na segunda seção, trazemos alguns aspectos metodológicos relevantes para a avaliação das IG. Na terceira seção, fazemos uma revisão dos principais projetos de avaliação do desempenho e dos impactos das IG. Ao final trazemos algumas recomendações.

A EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Os esforços de avaliação do impacto das indicações geográficas foram desenvolvidos, inicialmente, na União Europeia, como forma de justificar medidas de apoio interno, assim como monitorar o desempenho dos produtos de origem que se beneficiam dessas medidas. A pesquisa no âmbito dos projetos europeus, inicialmente, buscava compreender os fatores da competitividade da IG e a relação da IG com o desenvolvimento territorial, tendo em vista orientar a ação pública no apoio a esse instrumento. O final da década de 1990 e início dos anos 2000 foram prolíficos no esforço em pesquisa para o entendimento dos fatores do desempenho econômico e de alguns impactos em outras dimensões.

A revisão desta trajetória de pesquisa e desenvolvimento de métodos de avaliação é relevante para os países em desenvolvimento que vislumbram o desenvolvimento territorial sustentável, por meio de políticas de apoio aos produtos de origem haja vista que projetos internacionais desenvolveram e testaram métodos em avaliação de impactos das IG em diversos países em desenvolvimento (BELLETTI; MARESCOTTI, 2006; BARJOLLE et al., 2009; BELLETTI et al., 2011).

O desempenho competitivo das indicações geográficas (BARJOLLE et al., 1998, 2000; BARJOLLE; SYLVANDER, 2002) foi estudado por meio dos fatores como: especificidade do produto (TEIL, 2010), preferência do consumidor e atratividade do mercado (TEUBER, 2010), efetividade da coordenação (RAYNAUD; SAUVÉE, 2000; RAYNAUD et al., 2009; REVIRON; CHAPPUIS, 2011), propriedade intelectual e negociações internacionais (JOSLING, 2006; RAUSTIALA; MUNZER, 2007), suporte público (BUREAU; VALCESCHINI, 2003; ALLAIRE, 2009; BARJOLLE et al., 2011), dinâmica da inovação tecnológica local e a interação com o sistema de inovação (GOLLO; PEDROZO, 2006; TOUZARD, 2010; DEWES et al., 2013; FRONZAGLIA et al., 2019).

Os fatores chave se sucesso das IG mais enfatizados na literatura são: a forte ligação do produto com o território, a codificação dessa relação no Regulamento de Uso, e a informação que os consumidores recebem. Esses diversos fatores estão relacionados à governança da cadeia de produção, ao quadro institucional, o suporte público e a capacidade de investimento (VANDECANDELAEREA et al., 2018).

A avaliação do impacto da IG foi tratada por métodos multidimensionais, bem como por estudos que buscaram captar com mais precisão impactos específicos, sob diversas óticas, por exemplo: no desenvolvimento local (BARJOLLE et al., 2009; BRAMLEY, 2011), na apropriação e distribuição de valor (SCHMIDT et al., 2014), na internacionalização das cadeias de produtos de origem (BELLETTI et al., 2007) na questão ambiental e da conservação do patrimônio biológico e cultural (BÉRARD et al., 2008).

O papel da IG no desenvolvimento de territórios rurais de produtos de origem (PACCIANI et al., 2001; BOWEN, 2010) se tornou uma agenda de pesquisa, que também foi iniciada no Brasil (CERDAN; FLORES, 2007; NIEDERLE, 2009) ainda que, trazendo apenas exemplos de possíveis conexões, posteriormente, trouxe experiências de avaliação que se acumulam em poucas IG.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

O desempenho econômico e os impactos das IG em outras dimensões foram estudados por meio de estudos de caso, método predominante nas primeiras aproximações da pesquisa social aplicada ao objeto de análise. As avaliações têm sido aplicadas às dimensões econômica, social e ambiental e têm se utilizado, principalmente, de estudos de caso, mas há trabalhos com o levantamento de poucos indicadores em IG, quando o estudo tem um interesse mais específico.

Os projetos europeus DOLPHIS e SENER-GI propuseram e testaram tipologias, critérios e relações com as dimensões de impacto (cadeia de valor, consumidor, desenvolvimento rural, meio ambiente). A matriz de critérios envolve aspectos como o estágio de desenvolvimento da IG, presença de usurpação, tipo de governança, avanço nos estágios da cadeia de valor, tamanho das firmas, tipo de estratégia e de mercado, tipo de consumo, ligação com a comunidade e tradições culturais do local, relação com sistemas tradicionais de cultivo/criação, uso de variedades crioulas/locais (BELLETTI; MARESCOTTI, 2006).

A dimensão econômica, em geral, aborda aspectos relacionados à redução da contrafação, volume de exportações, preço prêmio, valor adicionado pelo uso da IG, estabilidade da renda, distribuição do valor adicionado na cadeia de produção, ampliação da escala, impactos em outras atividades no território, oferta de diversidade de produtos típicos, mais informação para o consumidor (tipicidade, transparência e rastreabilidade), garantia de qualidade. A dimensão ambiental trata da preservação dos recursos naturais, como a biodiversidade, paisagem, a manutenção de raças e variedades agrícolas, além de práticas tradicionais de baixo impacto. A dimensão social considera a geração de emprego, as condições de trabalho, a preservação do patrimônio cultural, a mudança nos modos de vida, no capital social e político, na visão de desenvolvimento territorial apoiada na sinergia da cesta de bens territoriais (VANDECANDELAEREA et al., 2011).

No desenvolvimento metodológico para avaliação de um sistema de IG, BELLETTI et al. (2011) colocam as questões-chave para se desenvolver qualquer método de avaliação do impacto de IG:

- Qual a intensidade dos impactos (positivos ou negativos) em cada aspecto e para cada grupo de *stakeholder*⁹², eliminando as outras causas?
- Como atribuir a mudança à IG? O que aconteceu onde a IG não tem efeito?
- É possível identificar fatores causais por meio das variáveis selecionadas para a avaliação?
- Quais são as hipóteses a serem testadas sobre o efeito atribuído à IG?
- Qual a extensão de interessados a serem envolvidos na avaliação: toda a cadeia da IG até o consumidor, organismos de apoio e níveis institucionais superiores?
- Quem deverão ser os encarregados pela avaliação, os atores envolvidos com o desenvolvimento da cadeia produtiva da IG ou aqueles em níveis institucionais sem envolvimento direto no desenvolvimento da IG?

O desenho da avaliação de impacto implica em diversas escolhas, como por exemplo, os casos de IG a serem analisados para estratificar grupos de IG com semelhanças ou diferenças nos aspectos: tipo de produto, estágio de evolução da gestão, tamanho, enraizamento territorial, grau de processamento do produto, tipo de mercado (exportação ou regional), estratégia de promoção e grau de coordenação da cadeia, alcance do produto em circuitos mais longos, tipo de nicho em termos de renda, maturidade da IG, e grau de enraizamento territorial da cadeia de produção. Aspectos anteriormente registrados, por exemplo, dados secundários podem ser úteis nessa estratificação, estando presentes no Regulamento de Uso e em outras fontes. Para essa estratificação, é essencial que tais dados estejam acessíveis para o momento do desenho da avaliação e sejam padronizados para um grande conjunto de IG, pois essa estratificação é útil para se comparar os resultados entre as IG para entender seus fatores.

O horizonte de tempo da mudança objeto da avaliação é outro ponto crítico para avaliação de impacto das IG, pois implica em estabelecer uma data para a linha

⁹² Dado que a IG pode mudar as condições de competição, tanto horizontalmente (em cada elo da cadeia de valor da IG), como verticalmente (na relação entre os elos da cadeia de produção) é preciso criar métodos para captar essa mudança nesses dois aspectos. O efeito de exclusão que pode ocorrer em função de uma determinada forma de definição das regras do Regulamento de Uso e a redistribuição dos benefícios entre os elos da cadeia são exemplos de possíveis impactos relacionados ao reconhecimento de IG (BELLETTI et al., 2011).

de base. Em geral, os estudos tomam como referência a data da obtenção do reconhecimento de IG e a data da avaliação. Entretanto, o processo de obtenção do reconhecimento pode gerar diversas mudanças. Logo, o interessante seria uma linha de base no início do projeto de qualificação para o reconhecimento – o qual pode levar alguns anos -, uma análise intermediária na data do reconhecimento, e uma avaliação após o reconhecimento.

Na avaliação de IG recém-reconhecidas, ou seja, ainda em estágio imaturo de evolução, como no estudo de BARJOLLE et al. (2009), os indicadores foram utilizados para perguntar sobre a expectativa do impacto. No aspecto econômico, perguntaram sobre acesso ao mercado, preço prêmio e valor adicionado; no aspecto social, empregos gerados, maior empoderamento dos produtores, e valorização da cultura e da tradição local; no aspecto ambiental, uso de cultivares locais, produção de baixo impacto, e conservação dos recursos; no aspecto da qualidade, melhoria nos padrões sanitários.

Aparentemente, a escolha da IG que faz jus à avaliação é aquela que tem o uso do selo da IG no mercado. Caso contrário não haveria razão de se fazer avaliação do impacto de um instrumento que não foi utilizado. Entretanto, justifica-se entender a razão da não utilização do selo, e as diferenças de processos e condições de reconhecimento de IG, nas quais houve uso e não houve uso do selo. Há várias hipóteses que podem ser testadas com relação a isso:

- Protagonismo de um pequeno grupo com estabelecimento de critérios no regulamento de uso que não representa a maioria dos produtores que constituíram a reputação no território, inviabilizando a escala de beneficiamento/processamento/comercialização;
- Problemas sanitários ou normativos não considerados no processo de reconhecimento que impedem do produto ser comercializado em novos mercados, de forma que o uso do selo deixa de ser necessário se mantido o mesmo comércio local em que não há contrafação;
- O valor adicionado pela IG, ou seja, o preço prêmio menos o custo de se usar a IG não é maior que zero;

- O nome reconhecido deixou de ser exclusivo em função de acordo internacional com anterioridade em algum outro país ou passou a ser considerado um nome genérico;
- O produto passou a ter um substituto fortemente concorrente, inviabilizando os esforços de diferenciação e proteção do nome de origem, em função da menor margem de comercialização;
- Algum elo da cadeia de produção passou a capturar maiores margens do valor adicionado pela IG e pressionar outros elos, desencorajando o uso do selo.

As abordagens objetivas e subjetivas podem ser utilizadas de forma complementar. A abordagem subjetiva é baseada na coleta de opiniões, úteis para entender cadeias de relações causais. A abordagem objetiva compara a evolução do desempenho da IG ao longo do período de avaliação com relação a alguns contra-factuais (produtos semelhantes sem IG, o antes e o depois). A dificuldade do uso desse tipo de abordagem é encontrar um contra-factual, pois no caso da Indicação Geográfica suas características únicas representam um desafio metodológico. É muito difícil encontrar um produto semelhante àquele que utiliza IG, sem contaminação do efeito da IG, isto é, sem que esteja no território de influência da IG, sem que sofra a concorrência direta com IG. Dessa forma, é muito difícil encontrar cadeias ou uma população de produtores, processadores, produtos e consumidores que sirvam como contra-factual, mas pode-se utilizar a melhor possibilidade empírica de comparação (BELLETTI et al., 2011).

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE IG

A análise do desempenho econômico das IG têm sido de interesse na UE, que apoia tais iniciativas e estudos nesse tema. Nesse sentido, CHEVER *et al.* (2012) fizeram uma avaliação do desempenho das IG na UE, onde em 2010 havia 2.768 IG reconhecidas oriundas de 27 países membros (UE27). O estudo discriminou a distribuição de IG e valor das vendas por país e categoria de produtos (mostrando o crescimento das vendas dos produtos agrícolas e alimentares com IG na UE27, com forte tendência de diversificação da pauta de produtos com IG, para além dos vinhos

e destilados), o valor médio vendido pelas IG da EU27 (19,6 milhões de euros), a distribuição assimétrica da participação das IG nessas vendas, e a participação das IG (5,7%) nas vendas do setor agroalimentar europeu em 2010 (956 bilhões de euros) (CHEVER *et al.*, 2012).

O preço prêmio auferido pelos produtores que se utilizam de indicação geográfica foi estudado por diversos trabalhos para se entender os tipos de atributos que geram o valor para o consumidor. TEUBER (2010) faz uma análise do desempenho de mercado e da qualidade dos cafés especiais com origem única nos EUA e discutiu o reconhecimento desse tipo de sinalização e as vantagens de se utilizar IG. DESELNICU *et al.* (2013) conduziram uma meta-análise de estudos que estimam o preço prêmio recebido por IG, estratificadas por categorias de produto e tipo de registro (DOP, IGP, marca), explicando que as IG capturam um percentual de preço-prêmio mais alto em cadeias curtas e produtos de valor adicionado relativamente baixo (pouco processamento). O prêmio é menor quando se utiliza outros sinais distintivos de qualidade como a marca ao invés da IG para produtos processados como vinho e azeite. Quando a característica do produto é controlada, as IG que adotam Regulamentos de Uso mais restritivos (DOP) criam prêmios maiores que aquelas cujos regulamentos são menos restritivos (IGP).

Pode-se utilizar a medida do prêmio recebido por uma categoria de IG, em relação ao produto similar convencional, por meio do Índice do Preço Prêmio (IVP).⁹³ Tal medida reflete o posicionamento no mercado do produto da IG, mas não reflete o valor adicionado nem a lucratividade, pois, não considera os custos do funcionamento da IG. Na EU-27, o IVP médio é de 2,23, demonstrando o reconhecimento do consumidor para com esse tipo de produto. Entre as categorias de produtos com IG, os vinhos tiveram o melhor desempenho junto ao consumidor com IVP de 2,75, seguido pelos destilados (2,57) e produtos agrícolas e alimentícios (1,55) (CHEVER *et al.*, 2012).

ARAGRANDE; GENTILE (2013) comparam o valor adicionado de produtos com IG em relação aos seus semelhantes convencionais, obtendo preços em diferentes estágios de agregação de valor na cadeia produtiva, por meio de estudos

⁹³ $IVP = \frac{\sum (\text{volume}_{IG} \times \text{preço}_{IG})}{\sum (\text{volume}_{IG} \times \text{preço}_{Conv.})}$, tal que, para qualquer volume, se $P_{IG} = 10$ e $P_{Conv.} = 5$, então $IVP = 2$, de forma que, a receita de vendas dos produtos com IG foi 2 vezes a receita de vendas do produto convencional, para um mesmo volume vendido (CHEVER *et al.*, 2012).

de casos e dados secundários. Avaliaram os custos adicionais (administrativos associados ao produto IG; indiretos específicos da IG; depreciação de ativos fixos específicos à produção para IG) para os produtos com IG, quando comparados com a produção do convencional correspondente. Comparando a margem bruta (Margem bruta = preço de venda – custo de produção) balanceada pelos volumes, entre produto GI em relação ao convencional (Percentual de margem bruta adicional = margem bruta do produto IG / margem bruta do produto convencional), concluem haver alta variabilidade de preço prêmio em reação ao convencional, e que nos produtos com IG, a margem bruta era maior que nos convencionais (até três vezes), e na comparação de matéria prima com IGP ou DOP, a DOP possui margem bruta muito superior devido à limitação da oferta no território.

Com relação ao monitoramento do desempenho de um sistema de IG, BELETTI et al. (2011) sugerem o uso da análise de *gaps* entre o efeito desejado pelos stakeholders (ED), o efeito esperado pelas hipóteses (EE), e o efeito aferido empiricamente (EA), para compor índices: eficiência (EA/EE), coerência (EE/DE) e efetividade (AE/DE), sendo que quando menor o valor desses índices, respectivamente: menor o uso do potencial da IG; menor a aderência do efeito da IG com os problemas que se espera resolver, e; mais baixa a relação entre a IG e as necessidades da cadeia produtiva.

Pode monitorar a evolução do uso de IG no Brasil, em comparação com outros países, sugere-se o uso de indicadores de desempenho agregado, os quais se aplicam aos diferentes níveis de maturidade. O uso do universo potencial dos produtos de origem é um ponto de partida, em que o número de IG reconhecidas com relação ao número de IG potenciais pode indicar se esse potencial está sendo bem aproveitado, relativamente a outros países. Para indicar o quanto o reconhecimento de IG tem sido bem-sucedido, pode-se aferir o número de IG que usam o selo com relação ao número de IG reconhecidas. Ainda, o desempenho econômico das IG que utilizam o selo pode ser mensurado por dois indicadores: o índice de preço prêmio e o valor adicionado pela IG. Finalmente, por meio de avaliações multidimensionais, tendo em vista a efetividade, empregar indicadores de impacto no desenvolvimento territorial.

SKILTON; WU (2013) fazem uma meta-análise de 80 estudos de caso em 36 países descritos em 21 publicações, analisando o regime de governança e seus

possíveis reflexos no desempenho no uso do selo de IG. Assim, propõem que a heterogeneidade dos interesses dos produtores, as competências e o controle comunitário da produção e da comercialização implicam no comprometimento dos produtores em participar e possibilita a coordenação, influenciando, portanto, na consistência da qualidade, a efetividade da promoção, o posicionamento do produto e o prêmio.

A meta-análise de CEI et al. (2013) em artigos científicos que buscam fazer a ligação entre a IG e o desenvolvimento territorial aponta que a importância da informação ao consumidor, sua disposição a pagar pelo produto com IG e o preço prêmio auferido pela IG são condições necessárias, porém insuficientes para causar o desenvolvimento territorial, tendo em vista a possibilidade concreta de que a maior parte do valor gerado seja capturado pelo elos mais a jusante da cadeia como distribuidores e varejistas, sem enraizamento no território da IG. Assim, é importante o uso de indicadores como a renda líquida ou lucratividade dos produtores que originam produto com IG, em que pesam custos adicionais para o uso do selo de IG, para verificar se compreender o a dinâmica da cadeia. O impulso as outras atividades relacionadas à IG no território, como o turismo, têm sido descrita por meio de estudos de casos “clássicos”, o que torna difícil a extrapolação, ainda mais quando tais estudos se concentram regionalmente e em poucos casos.

SCHMIDT et al., (2014) mostra a concentração em favor das vinícolas na captura do valor na cadeia de produção vitivinícola com o reconhecimento da IG do Vale dos Vinhedos, por meio da análise de regressão do volume de venda de vinhos das vinícolas e renda bruta dos produtores de uva. Também mostra que diferentes formas de governança na relação entre os elos levam a desempenhos distintos.

O projeto da FAO *“Strengthening sustainable food systems through geographical indications: An international of economic impacts”* empregou duas formas de captar diferenças ao nível do estabelecimento e da cadeia de valor⁹⁴ para variáveis

⁹⁴ A descrição das cadeias de produção possibilita identificar a dinâmica das tensões entre os elos, o poder de barganha, os direitos de propriedade, a governança, os interlocutores e as fontes de dados. Os dados devem permitir o entendimento da formação e transmissão de preço, as elasticidades, o poder de mercado bem como de variáveis possivelmente explicativas como o tipo de reconhecimento (IP/DO), a forma de governança na cadeia e a gestão da qualidade. O levantamento junto a diversos stakeholders e especialistas, com relação às percepções sobre o desenvolvimento territorial em suas diversas dimensões é crucial para captar a percepção dos atores: no território, na cadeia de produção, no consumo e uso dos demais bens e serviços do território. Estas percepções devem ser cruzadas com evidências em dados secundários (VANDECANDELAEREA et al., 2018).

dependentes do desempenho econômico (preço, renda, volume de produção, exportações) a serem explicadas por variáveis relacionadas ao ambiente institucional, governança e gestão da qualidade. A comparação de médias em séries temporais – com relação ao antes e o depois da data de obtenção do reconhecimento de alguma espécie de IG – pode ser combinada com a comparação das diferenças entre a IG e o produto convencional semelhante (substituto), por meio de teste de comparação de médias, uso de grupo controle (controle sintético) e análise da transmissão de preços (teste de cointegração) para aferir a vulnerabilidade com relação à flutuação de preço nos mercados. A análise diacrônica (antes e depois) isolada é uma opção de avaliação menos rigorosa, pois não considerar o desempenho de um grupo controle. A análise combinada com a comparação sincrônica (produto semelhante sem IG) e o uso de grupo controle (aquele que tenha homogeneidade com as características da população estudada) é a opção que permite separar outros fatores causais da mudança que não o uso da IG (VANDECANDELAERIA et al., 2018).

O desenvolvimento metodológico direcionado ao impacto da IG no desenvolvimento territorial elaborado por CAPANEMA et al. (2014), no âmbito da cooperação entre a Embrapa Uva e Vinho e o GEOPI do DPCT-IG-Unicamp, envolveu o desenho de avaliação *quasi*-experimental, permitindo a comparação da mudança nos indicadores, com pelo menos um grupo de controle. Eles utilizaram um rol de indicadores em diversas dimensões de impacto. O desenho da avaliação foi aplicado à análise do impacto da IG do Vale dos Vinhedos, em que utilizaram como controle os territórios adjacentes, relativamente mais homogêneos que os demais, levando em conta que eram territórios que também tinham potencial para o reconhecimento de IG.

Nesse tipo de estudo, é impossível obter homogeneidade muito alta entre o objeto de avaliação e o controle, tendo em vista que são espaços geográficos distintos, mas deve-se demonstrar que se utilizou a melhor possibilidade. Evitam-se grupos com possíveis contaminações entre si, principalmente, no caso de regiões com ubiquidade da busca pelo reconhecimento de seus *terroirs*. Há dificuldades de se obter dados da população estudada com um rol muito detalhado de indicadores. É desejável que se tenha a linha de base. Apesar das dificuldades do método esse é um caminho que se mostra bastante promissor quando se deseja testar as hipóteses de que a IG tem impacto no desenvolvimento territorial. As hipóteses ajudam a explicar diferentes

situações que produzem saliências nas dimensões de impacto, para mais ou para menos, o que significa que em alguns indicadores o impacto poderá ser negativo.

Mais recentemente, o projeto da Embrapa e parceiros “Estruturação, qualificação e consolidação de indicações geográficas brasileiras de vinhos” faz um “Diagnóstico das Indicações Geográficas de Vinhos do Brasil” (FLORES et al., 2019), por meio de um painel de indicadores de acompanhamento das IG de vinhos, analisando além das características de cada IG, as dimensões: satisfação dos envolvidos (relacionada ao Regulamento de Uso, ao Conselho Regulador e à comercialização), uso efetivo do selo e as inovações decorrentes do reconhecimento (mostrando alta relação entre uso do selo e inovações em favor da qualidade), sustentabilidade, conhecimento sobre o marco regulatório (mostra alta relação entre a maturidade da IG e o conhecimento sobre aspectos regulatórios por parte dos produtores), expectativa futura (aponta o otimismo no segmento de vinhos), possibilidades de IP e DO no território (evidencia o amadurecimento quanto à independência das espécies de reconhecimento). Esse painel de indicadores poderia ser aplicado em outros segmentos de IG, transbordando a experiência da Embrapa, com o mesmo objetivo de diagnosticar rapidamente as IG, para aprimorar a gestão da IG no Brasil e o marco regulatório, bem com identificar demandas de PD&I para o fortalecimento da IG.

O projeto Impress⁹⁵ desenvolvido pelo Cirad (BARRET et al. 2018), elaborou uma metodologia de avaliação participativa e semiquantitativa de impacto da pesquisa agropecuária, baseado no aprendizado com a experiência de campo sobre o caminho do impacto, utilizando estudos de caso de territórios, inclusive com IG (CERDAN et al., 2018). A abordagem estabelece um modelo lógico de causa-efeito que mapeia como ocorre a inovação e como os atores se apropriam dela, com atenção aos processos de aprendizado e interação com políticas públicas. Os impactos diretos são aferidos junto aos entrevistados e os indiretos, principalmente, por meio de dados secundários. A validação ocorre por meio de workshops junto aos atores envolvidos. Alguns elementos chamam atenção no quadro metodológico do Cirad. O mapeamento das relações causais e o processo participativo traz aprendizado como resultado da

⁹⁵ O projeto Impress (IMPact of RESearch in the South) é resultado de uma força tarefa estratégica “Innovation to Impact” como o objetivo de criar um quadro de avaliação adaptados às atividades de pesquisa que o Cirad conduz com parceiros e desenvolver a cultura de impacto na instituição.

avaliação, o que potencializa o uso dos resultados pelos atores envolvidos, sejam eles locais ou relacionados às entidades de apoio, pesquisa e política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal lição que os projetos de avaliação de impacto de IG com método multicaso trazem é a harmonização dos critérios da matriz de impacto dos casos estudados, pois isto possibilita a comparação. Logo, é recomendável o desenvolvimento de um referencial voltado a esse objeto, para criar mais possibilidades de se fazer comparativos entre resultados dos diferentes estudos. Ainda que indicadores e forma de aferição difiram para cada caso, sugere-se a compatibilização de critérios, da tipologia de IG e a categorização de atores envolvidos.

O aprofundamento nas técnicas e boas práticas de avaliação visando o balanceamento entre validade, viabilidade e valor para o aprendizado de diversos stakeholders podem aumentar o potencial de evolução da Indicação Geográfica no Brasil. A avaliação participativa pode trazer elucidações aos envolvidos, principalmente, no que se refere ao papel da criação de capacidades.

O aspecto mais importante do desenho da avaliação é estabelecer claramente os impactos que se deseja avaliar, os mecanismos para considerar as relações causais dos impactos em função do uso da IG, bem como em função de outras causas. Nesse sentido, podem-se usar comparações com cadeias de produtos muito semelhantes, mas que não utilizam IG. Esforços de avaliações de impacto em IG podem ser robustecidas por meio de métodos quase-experimentais, sempre quando os recursos e os as fontes de dados possibilitam.

A análise de relações causais, no que se refere às políticas públicas, possibilita o monitoramento e a avaliação do impacto das políticas públicas nas cadeias, redes e territórios dos produtos de origem.

No momento em que se discute uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, considerando que a Indicação Geográfica é um gênero de PI que tem muito a se desenvolver no país, é importante o uso da avaliação de impacto em todo

o seu potencial, em esforços conjugados aos interesses de interessados em diversos níveis institucionais

Nesse sentido, recomenda-se que a implementação de uma política de apoio às IG e seus instrumentos, preparem o caminho para a avaliação, considerando os recursos necessários, a necessidade das linhas de base, mapeamento de stakeholders e de populações que possam servir de contrafactual, a estruturação de coletas sistemáticas de dados junto aos Conselhos Reguladores, e a identificação de variáveis-chave para a avaliação do desempenho da política.

Os resultados das avaliações devem contribuir para testar hipóteses de políticas que fazem relação entre a proteção intelectual e o desenvolvimento local, e para promover o debate entre a estratégia nacional de IG e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

ALLAIRE, G. Diversité des Indications Géographiques et positionnement dans le nouveau régime de commerce international. **Options Méditerranéennes** : Série A. Séminaires Méditerranéens (Les produits de terroir, les indications géographiques et le développement local durable des pays méditerranéens), v. 89, p. 53–65, 2009.

ARAGRANDE, M.; GENTILE, E. **Study on assessing the added value of PDO/PGI products** – Executive Summary. Brussels: Areté Research & Consulting in Economics. Commissioned by EU Commission, 2013.

BARRET D., BLUNDO-CANTO G., DABAT M-H., DEVAUX-SPATARAKIS A., FAURE G., HAINZELIN E., MATHE S., TEMPLE L., TOILLIER A., TRIOMPHE B., VALL E. (illus.), ImpresS ex post. **Methodological guide to ex post impact evaluation of agricultural research in developing countries**. Montpellier, France : Cirad, 2018. 96 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.19182/agritrop/00006>>

BARJOLLE, D.; CHAPPUIS, J. M.; DUFOUR, M. Competitive position of some PDO cheeses on their own reference market: identification of the key success factor. **Économie et sociologie rurales. “Actes et communications”**. Anais... , 2000.

BARJOLLE, D.; CHAPPUIS, J.M. ; SYLVANDER, B. From individual competitiveness to collective effectiveness in PDO systems. In: **59th EAAE Seminar** (Competitiveness: does economic theory contribute to a better understanding of competitiveness?). Anais...Appeldoorn, NL, 1998.

BARJOLLE, D.; PAUS, M.; PERRET, A. O. Impacts of Geographical Indications Review of Methods and Empirical Evidences. In: **International Association of Agricultural**

Economists Conference. Anais... Beijing, China, 2009. DOI: 10.22004/ag.econ.51737
Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/51737>>

BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B. Some Factors of Success for “Origin Labelled Products” in Agrofood Supply Chains in Europe: Market, Internal Resources and Institutions. **Revue de Économies et Sociétés (Cahiers de l’ISMEA)**, v. 25, n. Série AG, Septembre-Octobre, p. 1–31, 2002.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; PAUS, M.; et al. **The Effects of Protecting Geographical Indications: Ways and Means of their Evaluation.** 2nd. Ed. Swiss Federal Institute of Intellectual Property, 2011.

BELLETTI, G.; BURGASSI, T.; MANCO, E.; MARESCOTTI, A. ; PACCIANI, A.; SCARAMUZZI, S. The roles of geographical indications on the internationalization process of agri-food products. In: **105th EAAE Seminar** ‘International Marketing and International Trade of Quality Food Products’, Bologna, Italy, March 8-10, 2007.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. **SINER-GI Report on GI Social and Economic Issues.** Strengthening International Research on Geographical Indications: from research foundation to consistent policy. Task1, WP2 Theoretical frame, 2006. 54p. Disponível na internet: <<https://food.origin-for-sustainability.org/2005/upload/SIN%20-%20WP2%20FinalReport%20DEF.pdf>>

BÉRARD, L.; MARCHENAY, P.; FRANÇOIS, C. Savoirs, terroirs, produits : un patrimoine biologique et culturel. (B. Sylvander, F. Casabianca, & F. Roncin, Eds.) “Produits agricoles et alimentaires d’origine : enjeux et acquis scientifiques” **Actes du colloque international de restitution des travaux de recherche sur les indications et appellations d’origine géographiques** 2005. Anais... Paris : INRA et INAO, 2008.

BOWEN, S. Embedding Local Places in Global Spaces : Geographical Indications as a Territorial Development Strategy. **Rural Sociology**, v. 75, n. 2, p. 209–243, 2010.

BRAMLEY, C. A review of the socioeconomic impact of geographical indications: considerations for the developing world. In: **WIPO Worldwide Symposium on Geographical Indications.** Anais... Lima, Peru: WIPO, 2011.

BUREAU, J.; VALCESCHINI, E. European Food Labeling Policy: Successes and Limitations. **Journal of Food Distribution Research**, v. 34, n. 3 November, p. 70–76, 2003.

CAPANEMA, L. M.; ZACKIEWICZ, M.; MELLO, L. M. R.; CAETANO, S. F.; GIANONI, C.; TONIETTO, J. Avaliação de impactos multidimensionais de indicações geográficas: o caso do Vale dos Vinhedos, Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 57-76, jul./dez. 2013.

CEI, L.; DEFRANCESCO, E.; STEFANI, G. From Geographical Indications to Rural Development: A Review of the Economic Effects of European Union Policy. **Sustainability.** V. 10, n. 3745, p. 1-21, 2018. DOI : 10.3390/su10103745

CERDAN, C.; DELFOSSE, C.; JOHN, W. Pluralité des signes de qualité et ajustements institutionnels. Regards croisés entre la France et le Brésil. In : **Colloque International Localiser les produits** : une voie durable au service de la diversité naturelle et culturelle de Sud ? Anais... Paris, France, 2009.

CERDAN, C. ; ANDRADE, N. ; LIMA DA SILVA, A. ; VIEIRA, H. ; SILVA, E. ; LE GUERROUÉ, J. L. La recherche agricole, vecteur de dynamiques collectives des territoires

ruraux : l'Indication géographique «Vales da Uva Goethe » au Brésil. **Cahiers Agricultures**, 27, 25007, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1051/cagri/2018013>>

CHEVER, T.; RENAULT, C.; RENAULT, S.; ROMIEU, V. **Value of production of agricultural products and foodstuffs, wines, aromatized wines and spirits protected by a geographical indication (GI)**. Final Report. EU, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/external-studies/2012/value-gi/final-report_en.pdf>

DESELNICU, O. C.; COSTANIGRO, M.; SOUZA-MONTEIRO, D. M.; THILMANY MCFADDEN, D. A meta-analysis of geographical indication food valuation studies: What drives the premium for origin-based labels? **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 38, n. 2, p. 204–219, 2013.

DEWES, M. DE F.; WUNSCH, N.; BRUCH, K. L.; FEDERIZZI, L. C.; DEWES, H. A ciência do agronegócio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA, E. C.; PROTIL, R. M.; LIMA, A. L. R. (Eds.) **A contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2013. P. 97–124.

FLORES, S. S.; TONIETTO, J.; TAFFAREL, J. C. Painel de Indicadores para Avaliação das Indicações Geográficas de Vinhos Brasileiras. **Cadernos de Prospecção** – Salvador, v. 12, n. 4, p. 997-1009, dezembro, 2019.

FRONZAGLIA, T.; SALLES FILHO, S. L. M. ; RAYNAUD, E. . Contribuições da pesquisa agropecuária pública para as Indicações Geográficas: estudo de caso do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA). **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, e26401, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2019.v36.26401>>

GOLLO, S. S.; PEDROZO, E. A. Inovação e estratégia de cooperação competitiva: estudo de caso da indicação de procedência Vale dos Vinhedos Serra Gaúcha/RS. In: **XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. Anais... Gramado: ANPAD, 2006.

JOSLING, T. The War on Terroir: Geographical Indications as a Transatlantic Trade Conflict. **Journal of Agricultural Economics**, v. 57, n. 3, p. 337–363, 2006.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2011.

PACCIANI, A.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. ; SCARAMUZZI, S. The role of typical products in fostering rural development and the effects of regulation (EEC) 2081/92. In: **73rd Seminar of the European Association of Agricultural Economists (ANCONA)**, Policy experiences with rural development in a diversified Europe. 28-30, June, 2001.

RAUSTIALA, K.; MUNZER, S. R. The Global Struggle over Geographic Indications. **European Journal of International Law**, v. 18, n. 2, p. 337–365, 2007.

RAYNAUD, E.; SAUVÉE, L. Signes collectifs de qualité et structures de gouvernance. **Économie Rurale**, v. 258, n. 258, p. 101–112, 2000.

RAYNAUD, E.; SAUVÉE, L.; VALCESCHINI, E. Aligning branding strategies and governance of vertical transactions in agrifood chains. **Industrial and Corporate Change**, v. 18, n. 5, p. 835–868, 3 jun 2009.

REVIRON, S.; CHAPPUIS, J. M. Geographical indications: collective organization and management. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Eds.). **Labels of origin for food local development global recognition**. P. 45–62, CABI, 2011.

SYLVANDER, B.; ISLA, A.; WALLET, F. Under what conditions geographical indications protection schemes can be considered as public goods for sustainable development? In: TORRE, A.; TRAVERSAC, J.-B. (Eds.). **Territorial Governance: Local Development, Rural Areas and Agrofood Systems**. Heidelberg: Physica-Verlag HD, 2011. P. 185–202.

SCHMIDT, C. M.; SAES, M. S. M.; MONTEIRO, G. F. DE Á. Value creation and value appropriation in networks: an empirical analysis of the role of geographical indication in the wine industry in Vale dos Vinhedos, RS, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, p. 343–362, 2014.

SKILTON, P. F.; WU, Z. Governance Regimes for Protected Geographic Indicators: Impacts on Food Marketing Systems. **Journal of Macromarketing**. 33(2) 144-159, 2013. DOI: 10.1177/0276146712473116

TEUBER, R. Geographical Indications of Origin as a Tool of Product Differentiation: The Case of Coffee. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 22, n. 3, p. 277–298, 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08974431003641612>

TOUZARD, J.M. Innovation systems and the competition between regional vineyards. Innovation and sustainable development in agriculture and food conference. **Actes du symposium ISDA** Anais... Montpellier, France: Editions du CIRAD; INRA; Supagro, 2010.

VANDECANDELAEREA, E.; TEYSSIERA, C.; BARJOLLE, D.; FOURNIERC, S.; JEANNEAUXD, P.; BEUCHERIE, O. Economic impacts of Geographical Indications: Worldwide evidences from 9 case studies. **13th European IFSA Symposium**, 1-5 July. International Farming Systems Association (IFSA): Chania, Greece, 2018. Disponível na internet: FFHAL-01840960f <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01840960>> ou <http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2018/Theme5_Vandecandelaere.pdf>

VANDECANDELAERE, E. **Raisonnements socio-économiques sous-jacents au développement des indications géographiques** : Combiner les dimensions économiques et de bien public pour contribuer au développement durable des territoires. FAO, August, 2011. Disponível na internet: <https://www.wipo.int/edocs/mdocs/geoind/fr/wipo_geo_lim_11/wipo_geo_lim_11_10.pdf>

WILKINSON, J.; CERDAN, C. A Brazilian Perspective on Geographical Indications. In: TORRE, A.; TRAVERSAC, J.B. (Eds.). **Territorial Governance: Local Development, Rural Areas and Agrofood Systems**. P. 143–158. Heidelberg: PhysicaVerlag HD, 2011.